

Centrais portuguesas promovem greve geral contra medidas de austeridade



Na última quinta-feira (24), cerca de três milhões de trabalhadores

portugueses cruzaram os braços e foram às ruas na maior greve geral dos últimos 30 anos no país. Convocada pelas principais centrais sindicais de Portugal (CGTP-IN e UGT), a greve foi uma resposta da classe trabalhadora às medidas de arrocho econômico anunciadas pela coalizão de direita à frente do governo português.

Durante entrevista coletiva para apresentar o balanço da greve, o líder da União Geral de Trabalhadores (UGT), João Proença, afirmou que o êxito da paralisação foi resultado direto de um forte aumento da desigualdade no país e da recusa do povo português em ser a bola da vez no sacrifício para pagar a conta da crise financeira que assola a Europa. O dirigente defende a adoção de medidas semelhantes às tomadas pelo governo brasileiro para combater a crise:

“Não podemos achar que vamos sair dessa situação diminuindo o poder de compra da população. Para vencer a crise precisamos aumentar os investimentos do governo para gerar empregos e combater o empobrecimento generalizado que vem assolando o país nos últimos anos. A conta da crise deve ser paga pelos ricos”, defendeu.

Veja [aqui](#) a coletiva das centrais sindicais com o balanço da greve.

Após a crise financeira mundial de 2009, Portugal se encaminha para a sua pior recessão desde a redemocratização, em 1974. A previsão é que a economia encolha 3% no ano que vem.

Medidas de “austeridade” do governo

O pacote de medidas do governo – formado por uma aliança entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social (CDS) – inclui o aumento de meia hora por dia na jornada de trabalho – sem aumento salarial – corte de salários e de subsídios para o funcionalismo público, aumento de impostos e flexibilização das regras para a demissão de trabalhadores do setor privado.

Portugal é o terceiro país da Zona do Euro (foi precedido por Grécia e Irlanda) a anunciar medidas de austeridade impostas pelos organismos financeiros internacionais. Conhecido como Troika, o grupo formado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Europeia (CE), condiciona a liberação do socorro financeiro de cerca de 78 bilhões de euros (R\$ 200 milhões) à aprovação dessas medidas pelo governo português.

Itália e Espanha são apontados como os próximos alvos da fúria da “austeridade” que assola a Europa.

Nova etapa de lutas sociais

Para o secretário-geral da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional), Manuel Carvalho da Silva, a greve geral deve ser apenas o início da mobilização popular contra as imposições dos organismos financeiros europeus. Para ele é necessário que os movimentos sociais construam uma agenda clara de diálogo com o governo e com os setores patronais:

“O processo de unificação da Zona do Euro gerou um fenômeno de apatia da população frente às questões nacionais. Essa manifestação pode servir para reanimar a luta social no país”.